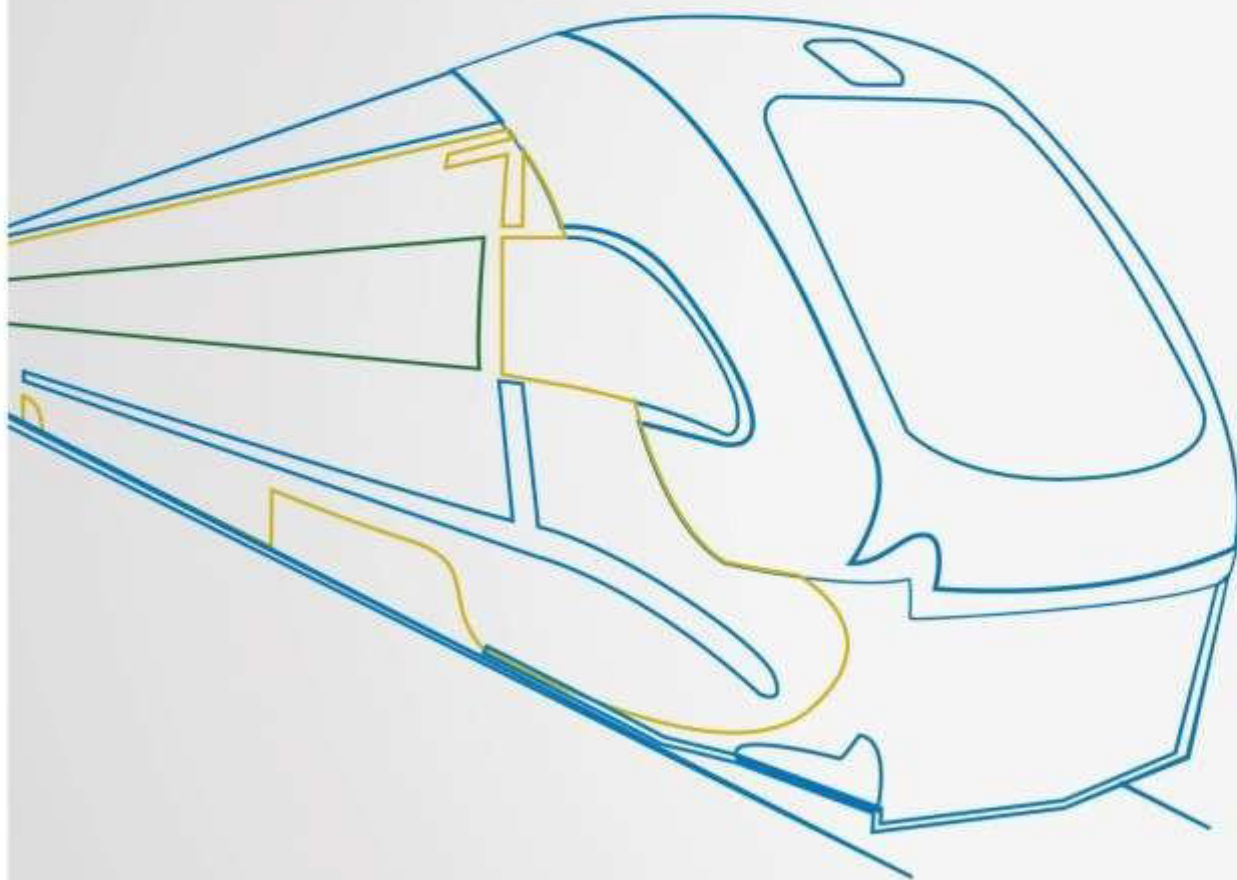


**CONTRATO Nº 08-2025/DT**

**CBTU  
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

**&**

**KASA MOTORS LTDA**



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU****CONTRATADA: KASA MOTORS LTDA****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	- INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	- FORMA DO RECEBIMENTO
CLÁUSULA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA DÉCIMA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DIPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA	FORO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de Aquisição que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e, do outro, **KASA MOTORS LTDA**, na forma abaixo:

## **PREÂMBULO**

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte (SBN), quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP 70.041-902, nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], emitida pela SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], e por sua Diretora Técnica, **ADRIANA FONSECA LINS**, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida Pela CREA/RJ, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], e a empresa **KASA MOTORS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.471.879/0001-73, com sede na AVENIDA T - 7, nº 563, QD 38 LT 02 /03, SETOR BUENO - GOIÂNIA GO, CEP: 74.210-265, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **FERNANDO PERES DOS SANTOS** - representante legal, portador da Carteira de Habilitação nº [REDACTED], expedida pelo DETRAN/GO, da Cédula de Identidade [REDACTED] SPTC/GO, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], vêm celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do **Pregão Eletrônico nº 900007-2025/GALIC/AC/CBTU**, Processo Administrativo de PROT nº 4950/2024, em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, com as disposições do Tribunal de Contas da União e com as Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto **aquisição de 02 (dois) veículos automotores, tipo sedan, modelo executivo, novo, ano modelo/fabricação 2025/2025 ou 2025/2026 capacidade para 5 ocupantes, 5 portas incluindo o porta-malas, cor preta, Híbrido/bicombustível (gasolina e etanol), para transportar pessoas a serviço oficial da CBTU**, conforme especificações constantes do Termo de Referência e anexos do Pregão Eletrônico nº 90007-2025/GALIC/AC/CBTU.

CONTRATO Nº 08-2025/DT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025/GALIC/AC/CBTU



1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital da licitação Pregão Eletrônico nº 90007-2025/GALIC/AC/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTURILC/CBTU: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu\\_2020.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf);

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação, com exceção às disposições previstas para Garantia de Execução, as quais sempre prevalecerão as contidas neste Contrato.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 4 (quatro) meses, contados a partir da assinatura.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016, e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, elaborados pela CBTU e disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/cbtu/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/atos-normativos>.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, faculta-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia dos referidos dispositivos ao gestor do Contrato:

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO**

3.1. O prazo para início do fornecimento do objeto será de 30 (trinta) dias corridos, tendo início após o aceite da Contratada na primeira Ordem de Execução encaminhada pela gestão do Contrato.

3.2. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devi-



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

damente comprovada.

3.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

3.4.1. Nessa hipótese, a CBTU deverá **notificar formalmente** a CONTRATADA acerca da suspensão, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**

3.5. A suspensão será formalizada por meio de **Termo Aditivo**, em que será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nesses casos, a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhes que constam do Termo de Referência, ANEXO I deste Contrato.

4.2. No fornecimento, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1. Sem prejuízo ao previsto no Termo de Referência e Edital, o recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, na seguinte forma:

5.1.1. definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto às exigências do Termo de Referência, do Edital e do Contrato assinado,



5.1.2. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.2. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.3. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional, pela perfeita execução, nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este Contrato.

5.4. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada por meio de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

5.5. Conforme disciplinado nos arts. 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 (CDC), o aceite do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CBTU as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO**

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a CBTU pagará à **CONTRATADA** o valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), nos termos da proposta apresentada, o qual será pago de acordo com os bens fornecidos.

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. Sem prejuízo ao previsto no Termo de Referência e Edital, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da CBTU, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do Contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2025**, conforme classificação abaixo:

8.1.1. Programa de Trabalho: 15453003228430001

8.1.2. Elemento de Despesa: 449052

8.1.3. Plano Interno: AIDEAA35

8.1.4. Categoria Econômica: Despesa de Capital

8.1.5. Nota de Empenho: 2024NE002820-2025NE001500

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

## **9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE**

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data limite para a apresentação das propostas.

9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final, em conformidade com os critérios estabelecidos no item 13 do Termo de Referência, aplicando-se o índice de Preços ao Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalurgia Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = P_0 \left[ (I - I_0) / I_0 \right] \text{ sendo:}$$

**R = Valor do reajuste procurado;**

**P<sub>0</sub> = Valor da medição a ser reajustada;**

**I = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;**

**I<sub>0</sub> = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês da data base. Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.**

9.2.1. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

9.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.2.3. O preço ajustado já inclui todos os custos e despesas e sem se limitar aos mesmos, como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

9.3. Nos casos em que a entrega do objeto contratado esteja prevista em cronograma, havendo atraso ou antecipação na entrega do objeto que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

9.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

9.3.1.1. aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;





9.3.1.2. diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

9.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

9.4. Em caso de atraso por culpa da CBTU, prevalecerão os índices vigentes no período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuïrem.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA DO OBJETO**

### **10.1 NÃO SE EXIGIRÁ GARANTIA DE EXECUÇÃO**

#### **DA GARANTIA DO OBJETO**

10.2 Os veículos deverão ser garantidos contra defeitos ou vícios de fabricação por um período mínimo de 3 (três) anos (item 12.1 do Termo de Referência).

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGACÕES DA CONTRATADA**

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do **edital de licitação**, do **termo de referência** e da **proposta**, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem

prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU**

12.1. Além das obrigações constantes das cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência ( ANEXO I).

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS**

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da  
CONTRATO Nº 08-2025/DT  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025/GALIC/AC/CBTU

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERACÃO DE RESPONSABILIDADES**

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Será permitida a subcontratação apenas para os serviços acessórios, tais como: carga, descarga, transporte, empilhamento, dentre outros, nos termos do item 11.1 do Termo de Referência – Anexo I.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO**

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma

da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO**

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU; ou

20.5.3. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO**

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO**

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

23.1.1. **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU;**

23.1.1.1. Endereço: Endereço: Setor Bancário Norte - SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902;

23.1.1.2. Correio Eletrônico: ayressilva@cbtu.gov.br / geapo@cbtu.gov.br

23.1.2. **Contratada**

23.1.2.1. Endereço: AVENIDA T - 7, nº 563, QD 38 LT 02 /03, SETOR BUENO - GOIANIA GO, CEP: 74.210-265.

23.1.2.2. Correio Eletrônico: mateus.caguiar@gruposaga.com.br

23.1.2.3. Telefone: (61) 99154-9058/(61) 3032-5962

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS**

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 15/08/2025.;

24.1.3. Edital do Pregão Eletrônico nº 90007-2025/GALIC/AC/CBTU; e

24.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu\\_2020.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf).

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

## **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS**

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

## **26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS**

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS**

27.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

27.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

29.4.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

29.4.2. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

29.4.3 obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

29.4.4 manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;

29.4.5 de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

29.5. A omissão de quaisquer das partes quanto ao exercício de quaisquer direitos ou prerrogativas previstas neste contrato, apenas caracterizará simples tolerância, não acarretando nem significando renúncia ao daqueles direitos ou prerrogativas, nem novação.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO**

30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.



**CBTU**

**Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 28 de agosto de 2025.

**P/ CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:**

JOSE MARQUES  
DE  
LIMA: [assinado digitalmente por JOSÉ MARQUES DE LIMA]

**JOSÉ MARQUES DE LIMA**  
**- Diretor-Presidente -**

ADRIANA FONSECA  
LINS: [assinado digitalmente por ADRIANA FONSECA LINS]

**ADRIANA FONSECA LINS**  
**- Diretora Técnica-**

**P/ CONTRATADA: KASA MOTORS LTDA:**

Documento assinado digitalmente  
**FERNANDO PERES DOS SANTOS**  
Data: 28/08/2025 11:41:08-0300  
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

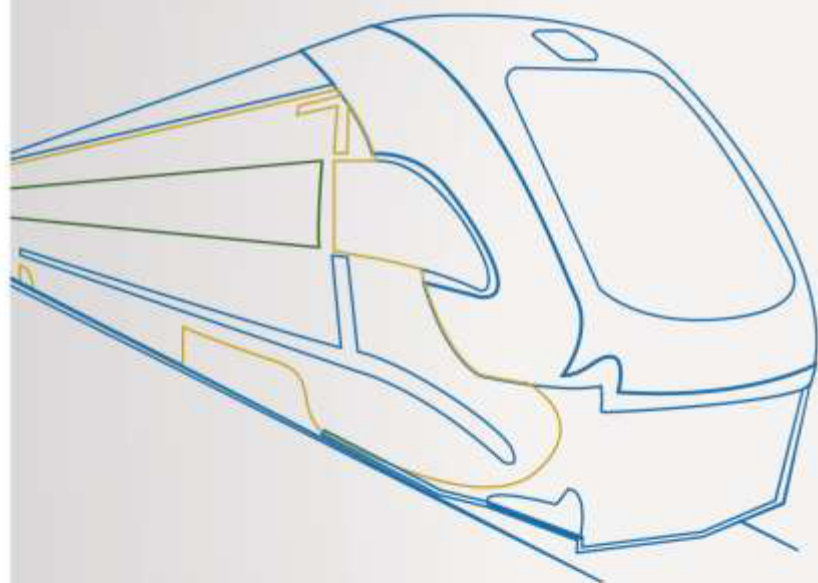
**Fernando Peres dos Santos**  
**- Representante legal -**

**Testemunhas:**

1 - \_\_\_\_\_  
CPF:

2 - \_\_\_\_\_  
CPF:

# **TERMO DE REFERÊNCIA**



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## **ANEXO I**



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

# **TERMO DE REFERÊNCIA**

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS: SEDAN MÉDIO.**

**GAESP**

**DIRETORIA TÉCNICA**







## Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	1
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO	1
3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	1
4. ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS E NORMAS APLICÁVEIS	2
5. RESPONSABILIDADES DAS PARTES	6
5.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	6
6. CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO	8
7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	8
8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA	9
9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	10
10. REGIME DE EXECUÇÃO	10
11. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA	10
12. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO MATERIAL	10
13. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO	12
14. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	13
15. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	13
16. MATRIZ DE RISCOS	14
17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	14
18. DISPOSIÇÕES GERAIS	15
19. ANEXOS	15



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. A aquisição de veículos automotores tipo sedan executivo, novos, é absolutamente necessária para atender às demandas operacionais da CBTU/AC. Esses veículos são utilizados como apoio logístico aos diversos setores da empresa, cujos servidores necessitam de deslocamento contínuo para atender às atividades institucionais e em reuniões externas de interesse da companhia.
- 1.2. A inexistência de frota própria de veículos do tipo sedan impacta negativamente a rotina operacional, administrativa e institucional da CBTU/AC. Por se tratar de veículos mais confortáveis, seguros e adequados para deslocamentos executivos urbanos, sua aquisição é imprescindível para:
- Proporcionar segurança, conforto e celeridade nas atividades externas desempenhadas pelo Diretor-Presidente e demais diretores da CBTU/AC;
  - Viabilizar deslocamentos a reuniões institucionais e outras agendas oficiais em Brasília/DF e demais localidades onde a CBTU mantém relações operacionais e administrativas;
  - Reduzir custos operacionais e ambientais, considerando que a especificação técnica dos veículos contempla motorização híbrida ou bicomcombustível, o que contribui para menor emissão de poluentes, economia de combustível e alinhamento às diretrizes de sustentabilidade da empresa.
- 1.3. A presente aquisição reflete interesse público e está alinhada às necessidades institucionais, visando otimizar as operações da CBTU/AC mediante solução definitiva e economicamente mais vantajosa em relação à alternativa de locação de veículos.
- 1.4. Por fim, além de suprir as demandas atuais, a aquisição contribuirá para o aumento patrimonial da CBTU, com ganhos em eficiência logística e redução de despesas recorrentes com transportes.

### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência, denominado tão somente TR, tem por objeto a contratação, via Pregão Eletrônico, para aquisição de 02 (dois) veículos automotores, tipo sedan executivo, novos, ano/modelo 2025/2025 ou 2025/2026, com as seguintes especificações mínimas: capacidade para 5 ocupantes, 5 portas incluindo o porta malas, cor preta, Híbrido/bicomcombustível (gasolina e etanol), sugestão de marca/modelo: Toyota Corolla ou similar ou de melhor qualidade.
- 2.2. Os veículos destinam-se ao transporte de funcionários em deslocamentos oficiais da CBTU/AC, atendendo às demandas institucionais da Presidência e das demais diretorias da Companhia.



- 2.3. Conforme os termos do inciso IV, do art. 32, da Lei 13.303, de 2016, e art. 113 do RILC/CBTU, de 2020 o objeto deste ETP é considerado **BEM COMUM**, devendo ser utilizado o procedimento da modalidade Pregão, preferencialmente da forma eletrônica.
- 2.4. Para julgamento da proposta será adotado o critério de MENOR PREÇO conforme previsto nos Art. 123, Inciso I .

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. **A aquisição de veículos de médio porte, tipo sedan**, tem por objetivo proporcionar segurança, conforto e celeridade nas atividades laborais externas desempenhadas pelo Diretor Presidente e Demais diretores da CBTU/AC, podendo ser também utilizados em viagens às demais Superintendências e Reuniões externas.
- 3.2. A pretensão de aquisição referida no item anterior está revestida de interesse público tendo em vista que a CBTU/AC não conta com frota própria de veículos do tipo SEDAN, sendo eles de extrema importância porque inúmeras atividades da diretoria da CBTU são exercidas externamente.
- 3.3. Os veículos SEDAN especificados, serão destinados a uso exclusivo do Diretor Presidente e demais Diretores da CBTU.
- 3.4. A aquisição dos veículos especificados é, portanto, benéfica para a CBTU/AC e atende aos requisitos de economicidade.

### 4. ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS E NORMAS APLICÁVEIS

Indicaremos a seguir as Especificações que deverão nortear a elaboração dos orçamentos para fornecimento dos veículos objeto deste TR, de forma a uniformizar as propostas apresentadas, permitindo, desta forma, uma análise mais criteriosa das mesmas.

#### 4.1. VEÍCULO DE PORTE MÉDIO, TIPO SEDAN:

- 4.1.1. Veículo automotor, porte médio, tipo sedan com capacidade para 5 (cinco ocupantes).
- 4.1.2. Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo que a versão seja a mais atualizada, sendo vedado o fornecimento de modelo anterior ao comercializado pela montadora.
- 4.1.3. Vidros das portas com acionamento elétrico, originais de fábrica, com módulo de subida automática de todos os vidros por acionamento remoto, podendo a instalação do módulo ser realizada por empresa autorizada e homologada pelo fabricante.
- 4.1.4. Trava elétrica das portas com telecomando na chave do veículo, originais de fábrica admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo



- 4.1.5. Alarme original de fábrica, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo.
- 4.1.6. 04 (quatro) portas laterais e 01 (uma) tampa no porta-malas com tranca na chave e/ou trava elétrica.
- 4.1.7. Transmissão automática de 6 ou mais marchas.
- 4.1.8. Só será admitida a oferta de veículo automotor que respeite os termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade - DECOR/CGU/AGU - Abril/2020, e que a fabricante do produto ofertado esteja devidamente cadastrada junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadores de Recursos Ambientais - CTF/APP.
- 4.1.9. Potência mínima de 160 CV (tolerância de 5%) e motorização mínima de 2.0.
- 4.1.10. Direção hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica, originais de fábrica. O sistema de direção com mecanismo de auxílio faz com que o cansaço e o desgaste na direção veicular sejam atenuados, além de proporcionar mais agilidade na resposta em manobras e um maior controle direcional do veículo.
- 4.1.11. Freios com o sistema antitravamento do tipo ABS, com gerenciamento eletrônico integral das rodas; distribuição eletrônica da força de frenagem (EBD); controle de tração e controle de estabilidade.
- 4.1.12. Sistema de segurança suplementar com Airbags frontais, laterais e de cortina,
- 4.1.13. Capacidade para transporte de 05 (cinco) passageiros, com o motorista, distribuídos em dois nos bancos dianteiros individuais e três no banco traseiro.
- 4.1.14. Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente e com a função desembaçamento do para-brisa. O ar condicionado com a função frio/quente além de garantir aos integrantes maior conforto.
- 4.1.15. Limpador do para-brisa composto de temporizador e lavador elétrico do para-brisa. A exigência do lavador elétrico faz-se necessária para que não haja necessidade do agente desembarcar do veículo para que seja limpo o para-brisas.
- 4.1.16. Áudio com sistema multimídia (rádio AM/FM, função MP3, entrada USB, Bluetooth e conexão para smartphones Android e Apple);
- 4.1.17. Indicador do nível de combustível. Por informar precisamente como está o nível de combustível, por intermédio da leitura do mesmo o condutor pode antecipar ou prorrogar um abastecimento.
- 4.1.18. Rodas de liga leve. Maçanetas e retrovisores na cor do carro.
- 4.1.19. Indicativo de mudança de direção nos retrovisores.
- 4.1.20. Bancos dianteiros individuais com regulação de distância e inclinação do encosto, com apoio para cabeça ajustável em altura, e banco traseiro com apoio para cabeça ajustável em altura integrados ou acoplados ao banco nos três assentos, na cor do acabamento interno do veículo.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Regulagens que garantem aos integrantes do veículo maior ergonomia. Os apoios de cabeça ajustáveis no banco traseiro atuam na função de evitar o “efeito chicote” em caso de acidentes.

- 4.1.21. Tapetes do assoalho de borracha original do veículo, com velcro e/ou presilha na parte inferior para fixação no revestimento do assoalho, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo.
- 4.1.22. Demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, assim como em conformidade com o PROCONVE.
- 4.1.23. Fornecer os veículos com todos os equipamentos instalados, em pleno funcionamento, **emplacados e licenciados** de acordo com as legislações vigentes, em especial a PORTARIA MGI Nº 2.162 de 05 de Abril de 2024, para empresas públicas federais.

A proposta de preço deve ser apresentada incluindo documento que comprove as especificações listadas, inclusive manuais.

## 5. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 5.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1.1 Nenhuma alteração poderá ser feita pela CONTRATADA aos termos adotados neste documento, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações sobre o fornecimento e os serviços de transporte, carga e descarga do objeto estipulado neste Termo de Referência.
- 5.1.2 Efetuar a entrega dos veículos com todos os equipamentos instalados, em pleno funcionamento, já emplacados, licenciados de acordo com as legislações vigentes para empresas públicas federais.
- 5.1.3 Efetuar a entrega dos veículos no prazo determinado neste Termo de Referência, com a qualidade e características técnicas do especificado no contrato/pedido de compras e seus anexos, bem como em perfeito estado de conservação em perfeitas condições.
- 5.1.4 Os custos de transporte do material até o local de entrega do mesmo na CBTU/AC, assim como os custos de ordem fiscal e tributária são de inteira responsabilidade do fornecedor contratado.
- 5.1.5 Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.
- 5.1.6 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR ou em outro acordado com a gestão e fiscalização do Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
- 5.1.7 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade.



- 5.1.8 Manter, durante o fornecimento do objeto e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- 5.1.9 Permitir que o CBTU/AC fiscalize, a qualquer tempo, a qualidade e integridade do objeto do Termo de referência, ficando assegurado ao CBTU/AC o direito de aceitá-los ou não.
- 5.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações relacionadas direta ou indiretamente ao fornecimento contratado e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que os mesmos acontecem.
- 5.1.11 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 5.1.12 A CBTU/AC não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.1.13 Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar integralmente os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, elaborados pela CBTU.
- 5.1.14 Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia dos mesmos ao Gestor do Contrato:
  - ✓ Código de Ética:  
<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;
  - ✓ Código de Conduta e Integridade:  
[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf);
  - ✓ Política de Transações com Partes Relacionadas:  
[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica\\_de\\_transacoes\\_com\\_partes\\_relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf).

## 5.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.2.1 Fiscalizar a execução do contrato de acordo com o especificado e notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na fabricação, transporte e entrega do objeto referido neste TR.
- 5.2.2 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou nos serviços prestados, para que sejam substituídos e/ou reparados, e/ou corrigidos.
- 5.2.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto entregue conforme pactuado desta contratação, conforme abaixo:
  - 5.2.3.1 As faturas para pagamento serão emitidas após atesto dos fornecimentos do objeto deste contrato, pelo Fiscal do Contrato.





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 5.2.3.2 As Notas Fiscais/Faturas, relativas ao fornecimento do objeto, deverão ser entregues pela CONTRATADA, devidamente atestadas pelo Fiscal e Gestor, e serão pagas pela CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias da data de recebimento das mesmas, podendo esse prazo ser interrompido, sempre que a CONTRATANTE solicitar, por escrito, quaisquer esclarecimentos à CONTRATADA, referente ao valor dos serviços.
- 5.2.3.3 As Notas Fiscais/Faturas deverão vir acompanhadas da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas CNDT, CRF e da Certidão da Receita Federal.
- 5.2.3.4 Qualquer não regularidade encontrada pela CBTU reinicia o prazo de pagamento, quando da regularização da (s) pendência (s) pela CONTRATADA.
- 5.2.4 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos.
- 5.2.5 Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado.
- ✓ A CONTRATANTE deve comunicar tempestivamente à CONTRATADA qualquer alteração em relação à mudança do endereço de entrega.
- 5.2.6 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. As sanções administrativas aplicadas após regular processo administrativo, em decorrência de atos praticados durante a fase externa da licitação ou na execução do contrato, estão previstas no Edital e no Instrumento Contratual, observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares.
- 5.2.7 Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.

## **6. CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO**

- 6.1 Após a assinatura do contrato e da emissão da ordem de execução respectiva, o contratado terá até 30 (trinta) dias corridos para entregar o objeto deste Termo de Referência.
- 6.2 A partir da data de entrega do objeto e da entrega do faturamento no protocolo inicia-se o prazo de 30 dias corridos para a contratante efetuar o pagamento caso tenha sido atendida as exigências previstas no contrato e neste Termo de Referência.

## **7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 7.1 A empresa contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias corridos para entrega do objeto deste Termo de Referência no local determinado pela CBTU/AC, contados a partir do recebimento da Ordem de Execução do material correspondente, emitida pela CBTU/AC.
- 7.2 As características a serem verificadas para aceitação do objeto deverão atender o item 4 deste TR.
- 7.3 As quantidades de entrega do objeto devem atender a descrição do item 2 deste TR.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 7.4 Na ocorrência de danos no objeto, este pode ser recusado pelo responsável pelo recebimento, lavrando no ato um Termo de Não Recebimento de Material, onde será discriminado a quantidade e o motivo do não aceite.
- 7.5 A aceitação final somente será concretizada após todos os reparos e correções necessárias exigidas pela fiscalização e mediante a emissão pela CBTU dos Termos de Recebimento Definitivo. Não haverá recebimento provisório ou parcial.
- 7.6 Serão medidos e pagos os objetos previamente aprovados, fornecidos e entregues no local indicado pela Fiscalização, após a atestação da qualidade e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto entregue.
- 7.7 Local de entrega: Os veículos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues nos locais determinados pela Ordem de Execução emitida pela CBTU/AC.
- 7.8 Horário para recebimento do objeto: A entrega poderá ser feita no horário de 8h30min às 11h30min e de 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. **A CONTRATADA, deverá fazer contato prévio com a gestão do contrato, com até 48 horas de antecedência, para agendamento da entrega.**

## 8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA

- 8.1 O critério de escolha da proposta vencedora será o de **MENOR PREÇO**, desde que a proposta e sua apresentação atendam a todos os requisitos exigidos por este TR e pelo Edital.
- 8.2 No valor total da proposta deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos fornecimentos contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis à perfeita execução e pleno desenvolvimento dos fornecimentos, assim como o lucro da CONTRATADA.
- 8.3 A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:
  - 8.3.1 Nome da empresa (Razão Social);
  - 8.3.2 Endereço;
  - 8.3.3 CNPJ;
  - 8.3.4 Telefone e/ou e-mail;
  - 8.3.5 Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
  - 8.3.6 Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal e atestada pelo gestor;
  - 8.3.7 Forma de envio (CIF);
  - 8.3.8 Prazo de execução conforme o cronograma;
  - 8.3.9 Prazo de garantia;
  - 8.3.10 Impostos incluídos;
  - 8.3.11 Assinatura do responsável pela elaboração da proposta com CPF e RG;
  - 8.3.12 Inclusão dos Dados Bancários para pagamento.



**CBTU**

**Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

- 8.4 A forma de entrega dos veículos deverá ser CIF (Cost, Insurance and Freight), ou seja, a PROPONENTE é responsável por todos os custos e riscos até a entrega na Superintendência.
- 8.5 Os preços das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real) e ser firmes e irrevogáveis, e deverão incluir os valores do IPI, do ICMS e outros impostos que vierem a incidir no preço final.
- 8.6 O PROPONENTE que não esteja localizado em Brasília – DF deverá observar o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS ANTECIPADO que se aplica às mercadorias vindas de outros Estados (quando for o caso).

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 9.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento dos bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação mediante:
- 9.1.1 Apresentação de Atestado de capacidade técnica de operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor declarando ter o licitante já fornecido objetos iguais ou similares ao objeto desta licitação, pelo menos 01 (um) veículo SEDAN descrito no objeto deste TR.
- 9.1.2 Poderão ser aceitas notas fiscais que comprovem o fornecimento para pessoas físicas.
- 9.1.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado apresentado.

## **10. REGIME DE EXECUÇÃO**

- 10.1 Aquisição remunerada de bens por preço global e fornecimento integral, conforme pactuado no pedido de compra e contrato, observado o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência.

## **11. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA**

- 11.1 Será admitida a subcontratação apenas para serviços acessórios, tais como: carga, descarga, transporte.
- 11.2 Não será admitida a formação de consórcio por se tratar de objeto específico e apenas para fornecimento.
- 11.3 Será permitida a participação de Sociedade Cooperativa.

## **12. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO MATERIAL**

- 12.1 Os veículos deverão ser garantidos contra defeitos ou vícios de fabricação por um período mínimo de 03 (três) anos.
- 12.2 Não haverá exigência da garantia de execução contratual junto a contratada em virtude da baixa complexidade do objeto deste Termo de Referência, pelas razões abaixo justificadas:



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 12.3 Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- 12.4 A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado à proposta da empresa, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;
- 12.5 A exigência da garantia para serviço que será executado mediante a pronta entrega, com entrega em até 30 dias da data da ordem de execução(OEX), não se justifica;
- 12.6 O objeto contratado possui especificação técnica padronizável, o qual reduz os riscos a CONTRATANTE, portanto é passível de ser dispensada;
- 12.7 Assim sendo, a contratação a ser realizada será dispensada da obrigatoriedade de apresentação da garantia pela CONTRATADA.

### 13. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 13.1 As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, em conformidade com os critérios estabelecidos nos dispositivos legais mencionados no item anterior, aplicando-se a fórmula a seguir:
  - 13.1.1  $R = P_0 [ (I - I_0) / I_0 ]$  sendo:
  - 13.1.2 R= Valor do reajuste procurado;
  - 13.1.3  $P_0$  = Valor da medição a ser reajustada;
  - 13.1.4 I = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;
  - 13.1.5  $I_0$  = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês da data base.
  - 13.1.6 Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.
- 13.2 A Matriz de Riscos definida no Anexo III é parte integrante deste Termo de Referência e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.



## 14. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 14.1 **Prazo de execução:** O material deverá ser fornecido no prazo de 1 mês contados a partir da assinatura da Ordem de Execução emitida pela CBTU/AC.
- 14.2 **A vigência do contrato:** 04 (quatro) meses, a partir da assinatura do Contrato.

## 15. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

### 15.1 COMPETE AOS GESTORES:

- 15.1.1 Responder pelo controle e acompanhamento, observando os aspectos físicos e financeiros, do fornecimento para o qual foi designado, reportando-se ao chefe imediato com vistas a receber a orientação técnica para seu adequado desempenho;
- 15.1.2 Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;
- 15.1.3 Verificar previamente e comunicar ao contratado o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição do item;
- 15.1.4 Coordenar e orientar a atuação do Fiscal do Instrumento Contratual;
- 15.1.5 Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, etc.) estão acompanhados dos comprovantes de recebimentos, atestados pelo Fiscal;
- 15.1.6 Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de sua aplicação;
- 15.1.7 Exigir da contratada os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;
- 15.1.8 Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações de cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do Instrumento Contratual.

### 15.2 COMPETE AOS FISCAIS

- 15.2.1 Responder pela fiel execução do Instrumento Contratual, inclusive quanto a sua qualidade e exatidão, em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando os fornecimentos;
- 15.2.2 Justificar, nos aspectos técnicos, ao órgão estrutural de sua lotação, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a posteriormente ao Gestor;
- 15.2.3 Analisar e submeter ao Gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual.

## 16. MATRIZ DE RISCOS

- 16.1 A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da Contratante e da Contratada na execução do contrato.

**CBTU****Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

- 16.2 A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo III.
- 16.3 A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é da Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
- 16.4 É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da Contratada.

## **17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

- 17.1 Considerando a natureza da contratação pretendida, recomenda-se que o objeto a ser licitado siga as diretrizes dispostas na legislação vigente, principalmente com relação à emissão de poluentes, conforme a legislação ambiental;
- 17.2 Os veículos rodoviários deverão estar alinhado com relação ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores P8 (PROCONVE P8) e suas atualizações;
- 17.3 A empresa FORNECEDORA do equipamento deverá seguir as recomendações da equipe técnica da CBTU durante o período de entrega e garantia do material, conforme necessidade;
- 17.4 Caso a empresa FORNECEDORA possa fornecer documentação especializada como certificações e/ou outra documentação técnica relacionados à gestão ambiental da empresa, será um diferencial;
- 17.5 Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, a empresa FORNECEDORA deve estar em consonância com toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade, podendo a mesma, em caso de desacordo, sofrer as penalidades cabíveis.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1 A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 18.2 A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 18.3 A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais - no que couber; e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf).
- 18.4 Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes; o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.





**CBTU**

**Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

- 18.5 A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 18.6 Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 18.8 As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

## 19. ANEXOS

- MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- MATRIZ DE RISCO

Brasília, 18 de julho de 2025

Documento assinado digitalmente

**gov.br** **FABRICIO MARCHITO MENDES**  
Data: 24/07/2025 16:44:39-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

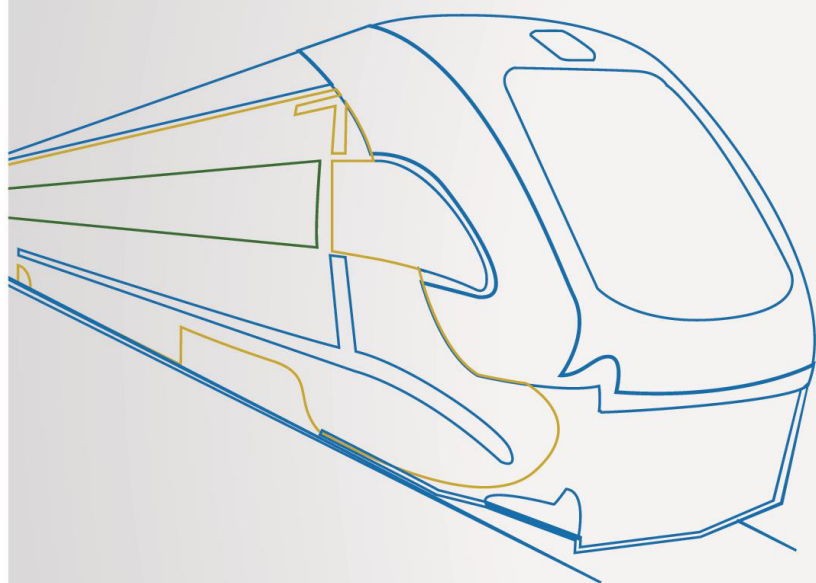
Fabricio Marchito  
GAPRO  
CBTU/AC

**ANDRE CORREA JOIA:** Assinado digitalmente por ANDRE CORREA JOIA  
ID: C-18A-01  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=EM BRANCO, OU=160478200190, OU=Indicador de Documento  
CORREA JOIA  
Razão: Eu sou o signatário do documento  
Localização:  
Data: 2025.07.24 16:32:15-0300  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.0

---

André Corrêa Jóia  
ADJ/DT  
CBTU/AC

# PROPOSTA DE PREÇOS



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## ANEXO II



## PROPOSTA DE PREÇOS

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007-2025**

**OBJETO:** Aquisição de 2 (dois) veículos automotores tipo sedan executivo, novos, ano/modelo 2025/2025 ou 2025/2026

PROPONENTE: **KASA MOTORS LTDA**  
CNPJ: **05.471.879/0001-73**  
TELEFONE: **(61) 99154-9058/(61) 3032-5962**

**Prezados Senhores,**  
**Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	QTD	Valor unit.	Valor Total
1	Veículo automotor, tipo sedan, modelo executivo, novo, ano modelo/fabricação 2025/2025 ou 2025/2026, COR PRETA capacidade para 5 ocupantes, 5 portas incluindo o porta malas, bicomcombustível (gasolina e etanol).	TOYOTA COROLLA 2.0L XEI FLEX 25/25 CVT	2	R\$175.000,00	R\$350.000,00

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais.)**



**Declaramos que:**

- 1.1. Preço: Nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes, contratação de pessoal, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre os serviços da presente licitação, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;
- 1.2. Prazo de Entrega: no prazo estabelecido no Termo de Referência.
- 1.3. Execução: Será em conformidade com o solicitado e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

**Para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:**

Banco: ITAÚ: 341  
AGÊNCIA: 4378  
Conta: 64889-5

KASA MOTORS LTDA  
CNPJ: 05.471.879/0001-73  
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 10.359.204-0  
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 1944487  
AVENIDA T 7, nº 563, QD 38 LT 02 /03, SETOR BUENO - GOIANIA GO, CEP: 74.210-265  
Telefone: (61) 99154-9058/(61) 3032-5962  
Email: mateus.caguiar@gruposaga.com.br

FERNANDO PERES DOS SANTOS

CPF:

KASA MOTORS LTDA  
CNPJ: 05.471.879/0001-73

GOIÂNIA - GO 15 DE AGOSTO 2025